



RELATÓRIO DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

1.º Semestre de 2016

NOTA

Os dados que se apresentam correspondem apenas às publicações efectuadas no período em análise e não correspondem à posição global da Negociação Colectiva em vigor.

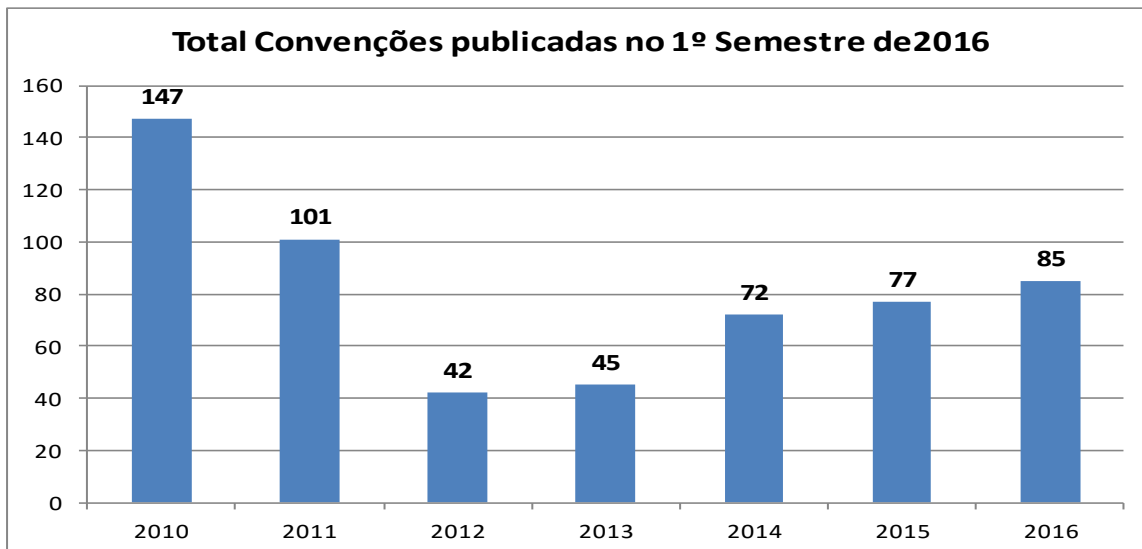
As fontes utilizadas são o BTE - Boletim Trabalho e Emprego, a DGERT e o Diário da República.

1. CONVENÇÕES PUBLICADAS E TRABALHADORES ABRANGIDOS

1.1 Convenções

Os primeiros seis meses do ano são normalmente mais produtivos no que diz respeito à publicação de convenções em BTE (Boletim do trabalho e emprego). Em 2012 atingiu-se o mínimo de publicações (42) e desde então o número de convenções publicadas na primeira metade do ano, a partir de 2013, tem vindo a recuperar ligeiramente e consistentemente, embora ainda longe dos números já atingidos antes de 2012 e pré-crise (**Gráfico 1**).

(Gráfico 1)

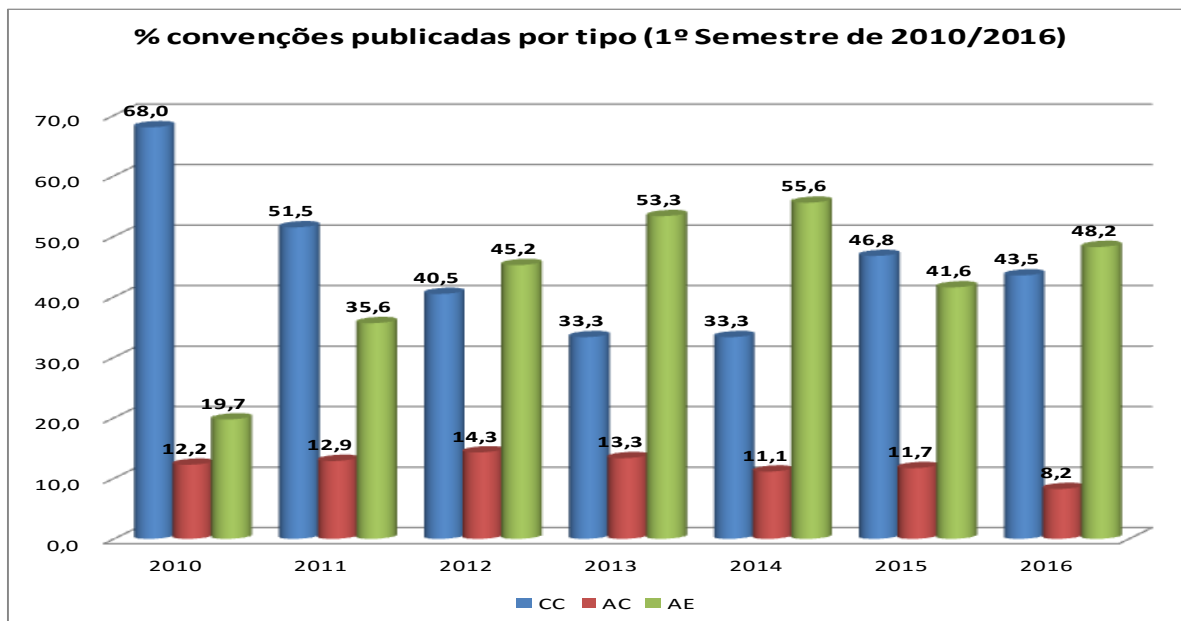


Fonte: UGT/DGERT

O peso dos Contratos Colectivos Sectoriais (CC) publicados diminuiu ligeiramente neste semestre tal como o peso dos Acordos colectivos (AC). O Peso dos Acordos de Empresa foi o único que aumentou (**Gráfico 2**).

Note-se, no entanto, quanto ao número de publicações, que tanto os Acordos de Empresa (AE) como número de Contratos Colectivos Sectoriais (CC) publicados em 2016 sobe de 36 para 37 e de 32 para 41 respectivamente, em relação ao 1º Semestre de 2015. O Número de Acordos colectivos publicados diminuiu do primeiro semestre de 2016 face ao primeiro semestre de 2015.

Gráfico 2



Fonte: UGT/DGERT

De realçar que o número de Acordos de Empresa (AE) publicados neste semestre encontra-se acima da média de AE publicados desde 2005, ao mesmo tempo, quanto ao número de Contratos Colectivos Sectoriais (CC) publicadas face ao mesmo intervalo de tempo, a média é bastante inferior.

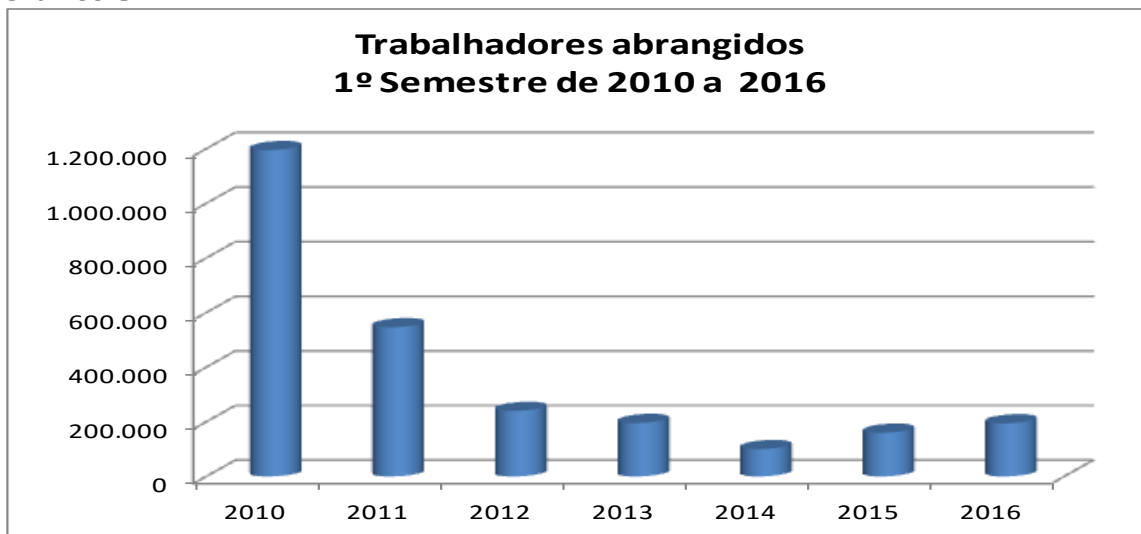
1.2 Trabalhadores

Tal como seria de esperar com o aumento do número de Contratos Colectivos sectoriais (CC), apoiado ainda pelo aumento do número de Acordos de Empresa (AE), o número de trabalhadores abrangidos neste semestre também aumentou em relação ao período homólogo (**Gráfico 3**).

Desde o mínimo atingido no primeiro semestre de 2014 (pouco mais de 99 Mil trabalhadores) o número de trabalhadores abrangidos por convenções revistas e publicadas no período em análise tem aumentado (números redondos, 159 Mil em 2015 e 194 Mil em 2016). O aumento foi ligeiro, mas indicia um ano mais abrangente em relação ao ano anterior.

Também é relevante sublinhar que estamos ainda muito longe da cobertura da negociação colectiva de outrora como em 2010, onde mais de 1 milhão de trabalhadores viram as convenções colectivas que regulam as suas condições de trabalho revistas e publicadas.

Gráfico 3

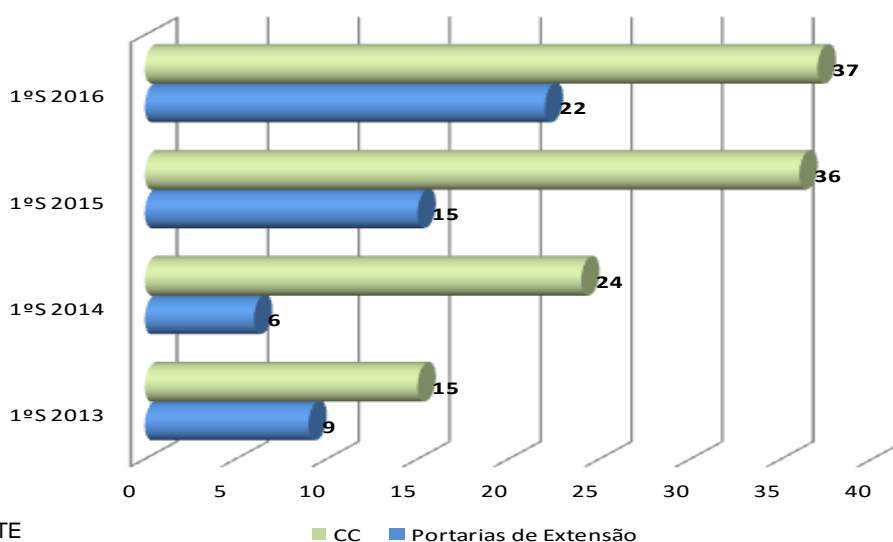


Fonte:UGT/DGERT

1.3. Portarias de extensão e outros dados relevantes

Neste semestre registamos, novamente, melhorias relativamente ao semestre homólogo quanto ao número de Portarias de extensão (PE) publicadas (**Gráfico 4**).

Gráfico 4 Contratos Colectivos (CC) e Portarias de Extensão (PE)



Fonte:UGT/ BTE

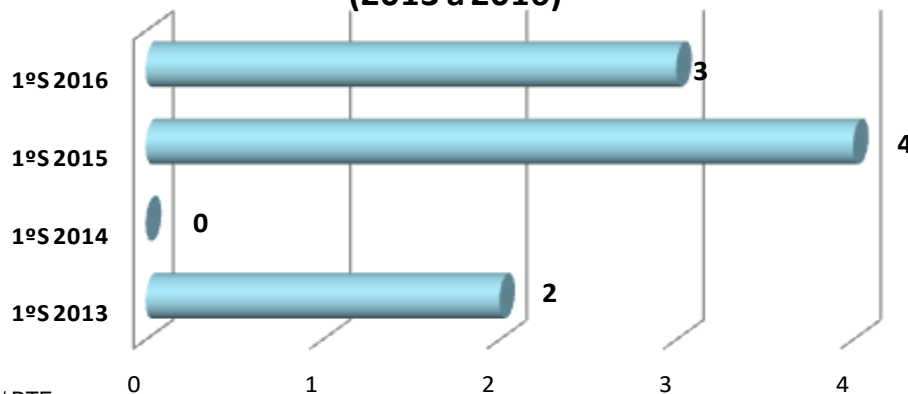
Exceptuando uma ligeira diminuição no primeiro semestre de 2014, o aumento do número de portarias de extensão (PE) tem vindo a aumentar consistentemente, acompanhando o número de Contratos Colectivos Sectoriais.

Outro indicador importante é a média de tempo que decorre desde a publicação da convenção até à publicação da portaria, que ronda, neste semestre, as 25 semanas, o que se revela muito elevado tendo em conta que a função das portarias é nivelar, o campo onde empresas de um determinado sector operam, garantindo condições equitativas para todos os trabalhadores dessas empresas.

1.3.1. O número de Avisos de Revogação ou Avisos de Cessação diminuiu em relação ao semestre homólogo. Foram publicados 3 avisos de cessação/revogação no semestre em análise face aos 4 publicados no 1º Semestre de 2015 (**Gráfico 5**).

Gráfico 5

Avisos de Caducidade e revogação 1º Semestre (2013 a 2016)



Fonte:UGT/ BTE

2. TIPO DE TEXTOS E VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS NOMINAIS E REAIS

2.1. Tipo de textos publicados

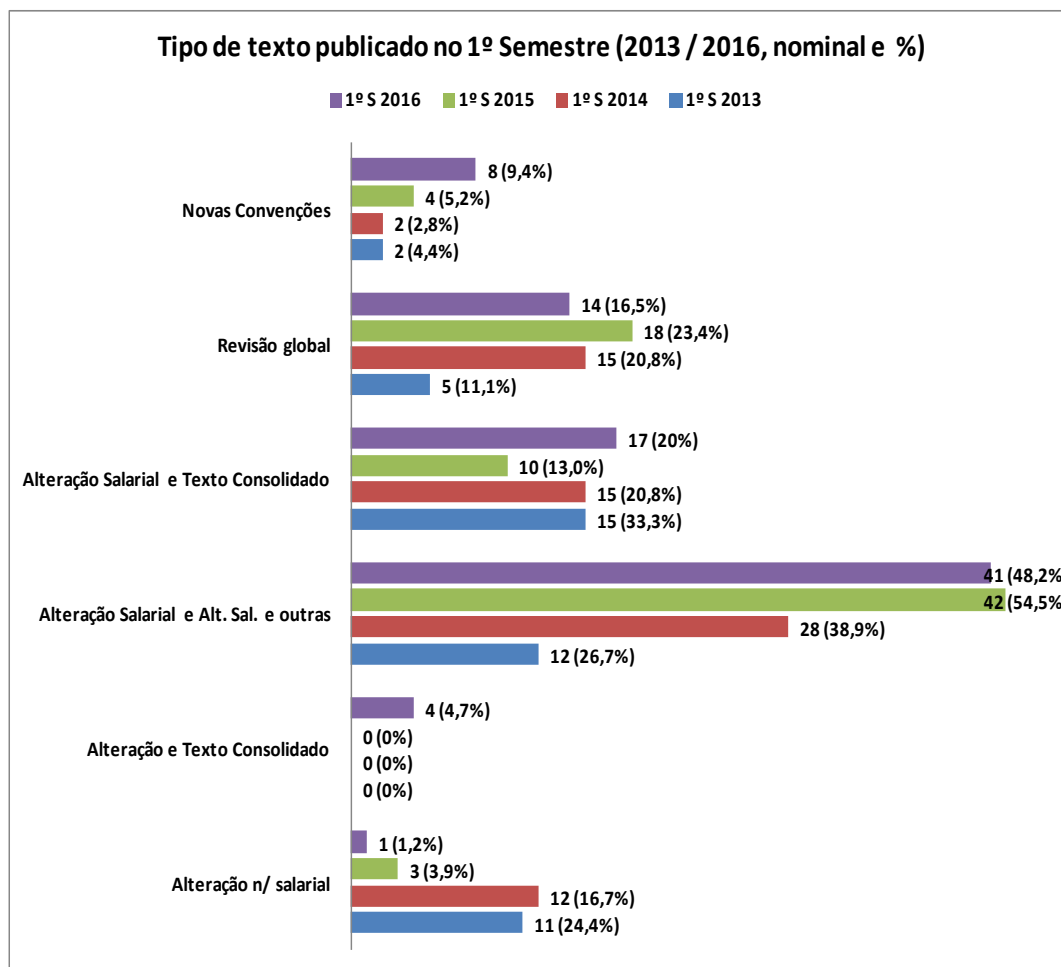
Relativamente ao tipo de textos publicados existem algumas notas que merecem atenção (**Gráfico 6**).

Em primeiro lugar dar nota do aumento significativo da publicação de *Novas Convenções*, o dobro em relação ao 1º Semestre de 2015 e o aumento das *alterações salariais com texto consolidado* no mesmo período. Isto é, não só surgem novas convenções, como as alterações salariais com republicação do texto estão a aumentar, o que reforça a atenção aos conteúdos não pecuniários das convenções, mesmo que não tenham sido alterados.

Sobre conteúdos não pecuniárias podemos ainda observar o ligeiro aumento das *Alteração e Texto Consolidado*.

Nos restantes tipos de texto publicados, existem alguns que diminuíram como a *Revisão Global* e a *Alteração Salarial e Alt.Sal. e outras*.

Gráfico 6

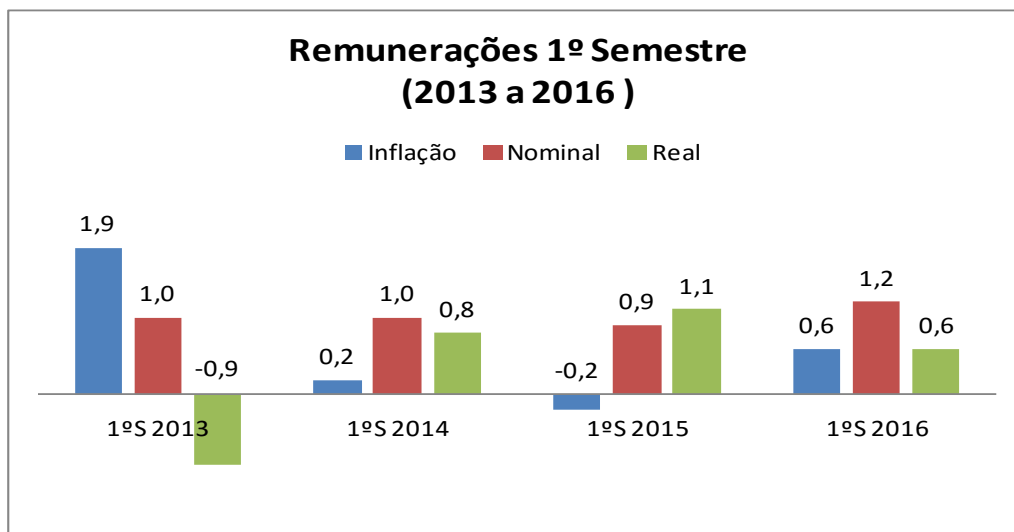


Fonte: UGT/DGERT

2.2. Variação dos Salários

O primeiro semestre de 2015 apresentou uma inflação média negativa (-0,2) e uma variação real média de 1,1. A variação real média esteve em crescimento nos dois 1ºs semestres homólogos anteriores (2014 e 2015 de 0,8 para 1,1 respectivamente), no primeiro semestre de 2016 a variação real cai para os 0,6. Apesar de se encontrar em campo positivo garantido mais remuneração para os trabalhadores, metade do valor nominal perde-se na inflação do período (**Gráfico 7**).

Gráfico 7



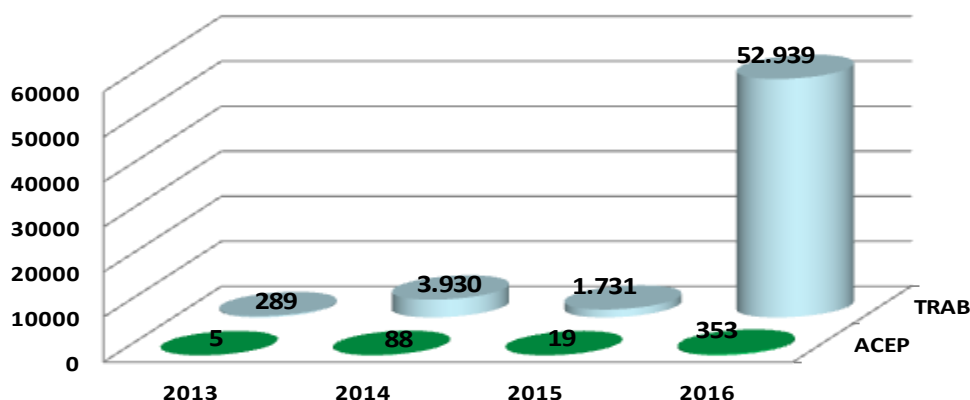
Fontes: UGT/DGERT

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Só o primeiro semestre de 2016 regista um aumento significativo da negociação colectiva na Administração Pública face ao semestre homólogo, não só quanto aos ACEPs publicados mas quanto ao número de trabalhadores abrangidos (Gráfico 8).

Gráfico 8

ACEP e Trabalhadores 1º Semestre de 2013 a 2016



Fontes: UGT/DGAEP/DR

Bastou apenas o primeiro semestre de 2016 para ultrapassar o número de acordos publicados no ano de 2015 (330 ACEPS).

É importante referir que da análise possível aos ACEPS publicados, identificam-se alguns ACEPS paralelos (variando apenas o subscritor sindical) o que não permite uma leitura tão nítida da situação como desejável e pode originar alguns desvios nos dados apresentados, no entanto, tal demonstra o grande dinamismo neste sector.

CONCLUSÕES

O primeiro semestre de 2016 comprova algum incremento da negociação coletiva, relativamente a igual período do ano anterior, situação que esperamos venha a ser consolidada no futuro.

Ainda longe dos dados de outrora – anteriores à crise e concomitantemente às medidas que contribuíram para a paralisação da negociação colectiva, - o que se verifica neste semestre é que o número de convenções publicadas e o número de trabalhadores abrangidos aumentaram, o que se afigura positivo, embora seja conduzido predominante por uma negociação ao nível de empresa e com pouco clausulado de articulação com a convenção sectorial (situação ainda em análise).

Realce ainda para a diminuição do número de avisos de cessação neste semestre, e para o aumento das Portarias de Extensão que contribuíram também para o aumento da cobertura negocial, comprovando que sem portarias de extensão não é possível a regulamentação coletiva, a nível setorial, nem a negociação de acordos de empresas a partir das convenções sectoriais, ainda que a desejável articulação de níveis ainda não se afigure consistente.

Noutra perspetiva, o tipo de textos publicados indicam que os trabalhadores abrangidos pela maioria das convenções publicadas no semestre estiveram sujeitos a actualizações pecuniárias, ainda que metade do valor nominal médio fosse absorvido pela inflação com ganhos reais positivos (0,6).

Estamos ainda no primeiro semestre e no geral os resultados são positivos, a perdurar assim e se o segundo semestre apresentar a mesma dinâmica, pode dar-se um salto relevante no crescimento da negociação colectiva de forma a uma maior aproximação aos valores desejáveis.